

MIL ANOS DA INCURSÃO NORMANDA AO CASTELO DE VERMOIM

COORD.

MÁRIO JORGE BARROCA

ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Título: *Mil Anos da Incursão Normanda ao Castelo de Vermoim*

Coordenação: Mário Jorge Barroca, Armando Coelho Ferreira da Silva

Design gráfico: Helena Lobo | www.hldesign.pt

Imagem da capa: “Tapisserie de Bayeux – XIème siècle”. Avec autorisations spéciale de la Ville de Bayeux.

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

ISBN: 978-989-8351-97-5

Depósito Legal: 450318/18

DOI: <https://doi.org/10.21747/9789898351975/mil>

Porto, dezembro de 2018

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

INCURSÃO NORMANDA AO CASTELO DE VERMOIM: O ESPÍRITO DO TEMPO E DO LUGAR

ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA*

1. NOTA SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DOS MEADOS DA IDADE MÉDIA NO QUADRO DA DEFESA, RECONQUISTA E REORGANIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DO NOROESTE PENINSULAR

Sabe-se, por uma breve notícia, que nos foi transmitida pela *Chronica Gothorum*, que o Castelo de Vermoim (Fig. 2: 18, 5), ora situado nessa freguesia do concelho de Vila Nova de Famalicão e, então, cabeça da Terra do mesmo nome, foi alvo de um ataque de piratas normandos, em 6 de setembro de 1016, segundo a correspondência do calendário romano ao da era cristã, quando aí se encontrava, certamente refugiado, o Conde de Portucale, Alvito Nunes:

Era MLIV viii idus septembris veniunt Lormanens ad castellum Vermudii, quod est in provincia Bracharensi. Comes tunc ibi erat Alvitus nuniz¹.

* Professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM; FLUP/FCT); Coordenador científico do Gabinete de Arqueologia de Vila Nova de Famalicão.

¹ HERCULANO, 1856: 9.

Conforme observou Hélio Pires, na sua obra sobre as incursões normandas no ocidente ibérico², a brevidade da fonte não nos permite conhecer nem os contornos do ataque, nem o percurso seguido e nem sequer o seu desfecho, que se presume, por outras informações, ter sido trágico. Mas, só o facto de o referir significará que não terá sido uma investida qualquer, mas certamente de uma incursão que terá penetrado mesmo no interior da região minhota e que terá, por isso, tido um impacto significativo, quando ainda ecoavam ressonâncias apocalípticas anunciadas pelos profetas do milenarismo.

Seja como for, tratar-se-á de uma das últimas investidas destes homens do norte, que durante dois séculos, a partir de 844, atacaram mais ou menos intermitentemente as costas do ocidente peninsular, e que agora, sediados junto de Portucale, desde julho de 1015, acossaram, durante nove meses consecutivos, a região entre Douro e Ave e levantaram ferro do porto do Douro em abril do ano seguinte.

Segundo Rui Pinto de Azevedo³, teria sido este o grupo responsável pelo ataque ao Castelo de Vermoim, concluindo, nestes termos, que tal só se poderia ter efetuado em setembro de 1015, e não no ano seguinte, não estando, assim, certa a data mencionada na *Chronica Gothorum*⁴, do que, por sua vez, discorda Hélio Pires, que a considera poder estar correta, sobrando duas hipóteses para o grupo que levou a cabo o ataque de 1016: «A primeira vai no sentido de algo que Rui Pinto de Azevedo também disse⁵, de se tratar do mesmo bando que esteve activo entre os rios Douro e Ave e que, após a sua partida em Abril de 1016, pelo menos parte seguiu para sul antes de regressar a norte no final do Verão, altura em que penetrou no território portugalense até Vermoim. A segunda hipótese é que se trata de um grupo distinto do qual nada mais se sabe», e justifica esta alternativa com outros casos conhecidos de ataques vikings, quase simultâneos e geograficamente próximos, mas levados a cabo por grupos distintos, como a entrada de piratas nórdicos no Somme, em 859, numa altura em que outro bando já se encontrava no Sena, nada obrigando, assim, a que uma incursão nórdica que avançou trinta quilómetros para o interior tenha de estar relacionada com outra que levou a cabo feito idêntico quase ao mesmo tempo⁶.

Foi este sobressalto precedido, cerca de meio século antes, em 968-969, pela incursão normanda de maior alcance no noroeste peninsular, comandada por Gunderedo, que provocou a devastação de vários centros religiosos na região de Santiago de Compostela, que se tornara, desde a miraculosa «invenção» do túmulo do Apóstolo, em 813 ou 814, no principal lugar de peregrinação do ocidente europeu,

² PIRES, 2012: 175-177.

³ AZEVEDO, 1974: 88.

⁴ AMARAL, 2007: 98-99.

⁵ AZEVEDO, 1974: 88.

⁶ PIRES, 2012: 176-177.

e, por ricochete, se transformou no alvo da ira dos infiéis, sejam eles gentios sejam muçulmanos.

Contra este centro da cristandade se dirigirá, justamente, a maior campanha de Almançor⁷ que, passando por cidades e mosteiros que destrói ou danifica, como as cidades de Coimbra e Braga e os mosteiros de Cete e Ganfei, chegou a Santiago em 11 de agosto de 997, onde saqueou e destruiu a Catedral, servindo-se das portas da igreja para construir navios e levando os sinos da torre para os colocar na Grande Mesquita de Córdoba, como troféu da vitória.

Mas, se a catedral foi destruída e as relíquias do Apóstolo não foram, surpreendentemente, perturbadas por parte de Almançor, não terá sido ele movido, nesta guerra, por motivos exclusivamente religiosos, apesar do seu reconhecido fanatismo e da sua vontade em destruir completamente os estados cristãos, visando fazer do Califado de Córdoba o grande potentado peninsular?

Estes factos, como observou J. Rodrigues⁸, levam a pensar que a expedição empreendida contra Compostela terá sido mais uma tentativa para comprometer o inexorável avanço da reconquista cristã para sul, atacando aquele que era o seu principal centro religioso e símbolo e justificação do espírito de cruzada cristão, pretendendo, com esta ação, desmoralizar o ânimo da cristandade.

Ao não destruir o seu túmulo, porém, este gesto acabará em resultado contraproducente, uma vez que os cristãos veem reforçada a sua fé no Apóstolo, de tal forma poderoso, que nem o Almançor tinha conseguido — ou ousado — destruir o seu túmulo, as suas relíquias, que são, para os cristãos, a sua presença viva e o seu santuário um dos locais privilegiados, onde o Céu e a Terra se encontram, caminho simbólico para a salvação⁹.

Não podemos deixar de sinalizar, neste contexto, as diversas invocações a S. Tiago como oragos de uma série de freguesias da Terra de Vermoim, em S. Tiago de Antas, de Castelões, de Gavião, de Moldes (Cruz), de Mouquim, de Outiz, e da capela de Ninães (S. Silvestre de Requião), no concelho de Vila Nova de Famalicão, e de S. Tiago de Landim (Areias), concelho de Santo Tirso, e de Ronfe, concelho de Guimarães¹⁰, para mais tendo essa expedição seguido seguramente pela antiga via romana XVI do Itinerário de Antonino, que no concelho de Vila Nova da Famalicão se encontra bem testemunhada por uma série de marcos miliários que lhe definem o percurso desde a entrada na região da Trofa até às proximidades de Braga.

E sirva esta referência de vitalidade visível na organização religiosa da Terra de Vermoim como sinal do ambiente de maior segurança que se terá observado nos

⁷ RODRIGUES, 2011.

⁸ RODRIGUES, 2011: 103.

⁹ RODRIGUES, 2011: 103.

¹⁰ AMARAL, 2007: 710-711.

territórios a norte do Douro após a presúria do Porto por Vímara Peres, em 868, não obstante as perturbações causadas pela violência das expedições de Almançor e dos piratas normandos, de que o ataque ao Castelo de Vermoim (Fig. 5) não pode deixar de se interpretar como um episódio relevante do protagonismo significativo assumido por Portucale na reorganização do poder regional e no reordenamento do espaço reconquistado sob a tutela de uma nobreza condal, que tivera como fundador o próprio presor Vímara Peres, mesmo que um seu descendente aí tenha encontrado um final menos feliz.

2. SIGNIFICADO TOPONÍMICO DO LOCAL FACE À TRADITIO ARQUEOLÓGICA DA SUA OCUPAÇÃO E AO SUBSTRATO LINGUÍSTICO REGIONAL

Entre as numerosas referências da documentação medieval sobre esta reorganização do território da diocese bracarense¹¹, selecionámos três delas que se reportam a unidades paroquiais da Terra de Vermoim, dizendo respeito às atuais freguesias de Joane (datada de 1065: in villa Joannis subtus *mons Kastro Vermui*¹²), Requião (1114: in villa Requilani subtus *castelo Vermudi* territorium Bracarense discurrente ribulo Ageredi¹³) e Pousada de Saramagos (1194: villa que vocitant Pousada subtus *mons Vermui* território Bracarense discurrente rivulo Peelio¹⁴), que ainda mantêm a mesma designação.

Criadas, como dizem os textos, no sopé do monte, em zonas de exploração agrária, que lhe é assignada pela designação de *villa*, termo geral referente a uma propriedade rural, vinda dos tempos romanos, e, mais tarde, a uma aldeia¹⁵, todas se reportam ao *Monte*, *Castro* ou *Castelo* enquanto designativo da cabeça da *Terra de Vermoim*, hoje remanescente na designação paroquial e civil de Vermoim e mantendo a aura do prestígio medieval que deu nome a toda a plataforma montanhosa em que se enquadra.

Cita este antropónimo germânico o nome do seu possessor, que mais assinala a deslocação do centro de poder, que em época do domínio romano cremos estar localizado, em planície, no *vicus* de Perrelos¹⁶, para a periferia do Alto das Eiras, em sítio mais apropriado aos desígnios protetores do processo de «encastelamento» altimedieval, que ora substitui as funções do antigo «lugar central» dos finais dos tempos proto-históricos nesta zona do curso médio do Ave, a que se reporta o episódio, hoje comemorado, da *Chronica Gothorum*.

¹¹ COSTA, 1959; MARQUES, 2005; AMARAL, 2007; MARQUES, 2014.

¹² COSTA 1959: 127.

¹³ COSTA 1959: 37.

¹⁴ COSTA 1959: 32.

¹⁵ SAMPAIO, 1979a.

¹⁶ SILVA *et al.*, 2005: 46-47; SILVA 2007b: 133-135.

Todas essas designações assumem, segundo J. Piel¹⁷, a forma peculiar dos topónimos qualificados como de proprietários, em que se reflete o nome de pessoa na forma do genitivo em *-i*, próprio dos antropónimos godos com terminação, no idioma de origem, em *-s* e que foram latinizados em *-us*¹⁸: *Bermudus*, *Bermudi*, com resultado moderno *Vermoim*, aqui registado em Vila Nova de Famalicão e no concelho da Maia (*Vermudi*), ou também *Vermuy*, na Maia, e *Bermuy*, na Corunha.

Não se tratará, assim, como muito bem observou Domingos A. Moreira a propósito de Vermoim, da Maia¹⁹, do nome pessoal *Vermoino*, enquanto diminutivo do nome pessoal germânico *Vermudo*, da série de nomes em *Ver-dago*, *Ver-medus*, *Wer-ald*, etc., e de nomes em *Mod/Mud* como *Floc-muda*, *Lare-mut*, *Milimut*, *Ricmod*, etc., como cria J. Leite de Vasconcellos (*Opúsculos*, III-287), mas, seguindo J. Piel, simplesmente, do nome *V/Bermudo*, em genitivo, com deslocação da nasalidade para a última sílaba por via de uma hipercorreção erudita ou, talvez melhor, devido ao peso da tradição popular. Nestes termos, o genitivo *-mudi* teria evoluído para *-ui* sob a ação da nasal, produzindo-se uma deslocação do acento para o segundo elemento do ditongo, como ocorre em português no adjetivo *ruím/róim/ruím*²⁰.

Constitui este vocábulo, segundo o mesmo investigador²¹, um antropónimo bitemático, que quer dizer «valor do urso», *v/*ber* < *bair(a)* ‘urso’ + **mud* < *mod* ‘valor’, em gótico, vocábulo significando o segundo termo um uso metafórico, apropriado do sentido literal de ‘castanho’, desse temido animal selvagem, certamente por tabu, em consideração à perda da designação indo-europeia, como *ursus*, em latim, e *arctos*, em grego, que se regista nas línguas germânicas, assignando-se-lhe, deste modo, um especial carácter religioso.

Fica-lhe, assim, mais implícito o conceito de que o guerreiro tinha de dar provas de coragem e de valor, não temendo expor-se aos perigos, para poder ambicionar a vitória e, com ela, a paz, a proteção da comunidade e, daí, a fama e a glória. Afinal, o mesmo conceito de ideal de excelência que nos é dado perceber ter sido o dos guerreiros castrejos, cuja estatuária, mais de mil anos antes, imortalizou como heróis divinizados, e que igualmente se depreende dos registos de teor céltico que nos ficaram dos seus nomes transmitidos pela epigrafia latina, bem ajustados à ação e ao funcionamento mítico de chefaturas fundacionais, como entendemos ser a designação referente ao Castelo de Vermoim.

Mais manifestará esta versão o rasto de um substrato matricial indo-europeu, se observarmos a identidade de correspondência geográfica entre esse modo de for-

¹⁷ PIEL, 1960b: 543.

¹⁸ PIEL, 1960a: 9.

¹⁹ MOREIRA, 1964: 73.

²⁰ PIEL, 1960a: 553-557.

²¹ PIEL, 1960a: 438.

mação linguística com o da área castreja do noroeste peninsular e o das isoglossas do galaico-português, sendo ele claramente delimitado às províncias galegas (Lugo, Corunha, Ourense e Pontevedra) juntamente com os distritos portugueses do Minho (Viana do Castelo e Braga) e Douro Litoral (Porto), que constituem o núcleo principal, apresentando um prolongamento progressivamente mais débil nas regiões limítrofes, principalmente nas províncias de Oviedo, de Trás-os-Montes e das Beiras (Litoral e Alta), com os distritos de Aveiro e Viseu²².

E cremos bem serem tais designações emblemáticas indiciadoras de uma indo-europeização cumulativa, iniciada com o começo da Idade dos Metais, bem organizada durante a proto-história com relações ao mundo céltico, dominadas pelo latim durante a romanização, para ressurgirem ao lado de outros protagonistas, germânicos, ao longo da Idade Média.

Uma leitura seletiva da carta arqueológica da região (Fig. 2) mais evidenciará a importância destes sítios e dos nomes destes lugares dos Montes de Vermoim (Fig. 1), que remontam às origens do seu povoamento, cujos primeiros testemunhos estão ligados à difusão do megalitismo na região, acompanhando os passos de um longo e complexo processo comum ao noroeste peninsular relacionado com uma profunda transformação económica, social e cultural que terá ocorrido durante cerca de dois mil anos a partir do V/IV milénio a. C.

Fenómeno estritamente dependente da mutação da própria estrutura da sociedade, a sua expansão corresponde à transição de sociedades predadoras para formas de economia de subsistência baseadas na produção de recursos alimentares por meio da agricultura e da criação de gado, ainda que com pervivência da caça e atividades recoletoras de frutos espontâneos da natureza.

Implantando-se sobretudo nas zonas planálticas da área mais litoral, marcando decisivamente a densidade de futuras ocupações, as expressões arqueológicas mais características são constituídas por monumentos com uma estrutura dolménica, como os que foram descobertos nos Montes de Vermoim, conferindo-lhes, deste modo, carácter fundacional.

Formando um conjunto de quatro mamoaas muito próximas (Fig. 2: 1-4), três de grandes dimensões e uma mais pequena e baixa, duas delas que se destacam pela volumetria dos seus *tumuli*, estão na parte central da chã, ocupando uma destas, a mamoa de Mar de Água, pela sua monumentalidade e visibilidade, que a localização favorece, uma certa hierarquização dentro do agrupamento.

Assinalará este núcleo megalítico, localizado na freguesia de Vermoim, a existência de pequenas unidades sociais dispersas, dotadas de uma economia baseada em formas incipientes de agricultura, que se complementava com a recolção e muito

²² PIEL, 1960b: 543.

provavelmente com a criação de gado e a caça, segundo o modelo económico e social mais verosímil, também deduzido da capacidade de recursos propiciados pelo meio, que não difere substancialmente das suas congéneres nortenhas.

E se a construção de tão importantes monumentos funerários dos nossos primeiros agricultores não supõe um ordenamento social fortemente hierarquizado, implica, pelo menos, a utilização de formas de cooperação organizada para o cumprimento de tarefas que, no mínimo simbolicamente, assumiam um sentido coletivo.

A descoberta, nas proximidades, de vestígios característicos da Idade do Cobre no Monte do Facho (Fig. 2: 22), da freguesia do Calendário, poderá assinalar o advento do período calcolítico, que, nesta sequência, também se documenta na Bouça do Pique (Fig. 2: 6), em Pousada de Saramagos, onde foi encontrado um machado polido de quartzito e dois vasos cerâmicos inteiros de forma hemisférica e ornamentados segundo as técnicas e os padrões decorativos da cerâmica «tipo Penha», típica dos povoados de ar livre da fase final do megalitismo. Podem tais novidades considerar-se já como calcolíticas, em sentido amplo, pois, tanto podem contemplar populações que conheciam o metal como as que o manuseavam, em todo o caso, demonstrando o progressivo desenvolvimento económico da comunidade dos Montes de Vermoim, ora atestado pela introdução de uma nova série de artefactos de prestígio, que não poderemos deixar de associar a influências indo-europeias, segundo as mais plausíveis interpretações para o *puzzle* das origens dessa família linguística na região, ainda hoje pervivente, sobretudo, nos principais orónimos e hidrónimos regionais.

Não tendo sido identificado nenhum povoado relacionado com o fenómeno neolítico, são estes os primeiros lugares de habitat documentados na área do concelho de Famalicão, datáveis do começo da Idade dos Metais, período em que se iniciou a produção de objetos de cobre ao mesmo tempo que se continuaram a fabricar artefactos de pedra e, por isso, ser designado como Calcolítico.

Ter-se-á, então, assistido ao desenvolvimento da economia baseada na agricultura e criação de gado e à introdução das primitivas formas de metalurgia, que terão acentuado a divisão geral do trabalho, a acumulação de riqueza e o incremento de formas de intercâmbio, e que está unicamente documentado, na área do concelho de Famalicão, por uma lâmina de ouro de tiras, do Bronze Inicial²³, cuja proveniência se atribui à freguesia de Sezures (Fig. 2: 8).

Constituindo este elemento mais um dado que testemunha a primeira etapa de um reconhecido desenvolvimento da ourivesaria pré-histórica no noroeste peninsular, cuja especificidade morfológica, técnica e funcional se manifesta no âmbito das relações que envolveram a fachada atlântica, do noroeste europeu ao ocidente mediterrânico, a partir dos inícios da Idade do Bronze, sinalizará este bem de prestígio a

²³ SILVA, 2007b: 156-157.

emergência de um novo modo de produção, conformador das sociedades estratificadas e protoestatais da Idade do Bronze, que na área do concelho só se encontra representado na sua fase final por uma série de achados cerâmicos e metálicos indicadores do progresso havido durante mais de um milénio.

Perdido, com efeito, o rasto desses primeiros vestígios, não possuímos dados referentes às sequências culturais das etapas imediatas à introdução da metalurgia durante a Idade do Bronze Antigo e Médio, à primeira fase do Final da Idade do Bronze, datável entre 1250-1100 a. C., pertencerá o achado, ocorrido na freguesia do Bairro (Fig. 2: 9), de quatro vasos cerâmicos e uma bracelete de ouro maciço²⁴, de provável contexto funerário de um enterramento de incineração, cuja novidade aponta para um relacionamento centro-europeu, por via de influências dos Campos de Urnas associáveis ao mundo céltico linguisticamente bem visibilizado na onomástica local e regional. Atribuível a um pequeno casal, testemunhará este sítio da Quinta da Bouça um padrão de povoamento antecedente ao dos povoados em altura, que vão caracterizar, de seguida, a fase originária da cultura castreja do noroeste peninsular.

Com efeito, é assinalável, nesta sequência, o conjunto de indícios referentes a um número considerável de sítios de povoamento (Fig. 2: 13-27), nomeadamente em altura, segundo critério seletivo que marcará, doravante, a estratégia de domínio e defesa territorial das comunidades indígenas ao longo do primeiro milénio a. C., denunciando a implantação de um novo modelo económico e social comum a toda a região do noroeste peninsular, que se conhece como resultado de um processo paulatino, que fez evoluir a mancha ocupacional do território desde pequenos aglomerados habitacionais do final da Idade do Bronze até ao aparecimento de grandes núcleos urbanos no final da Idade do Ferro.

Constituindo uma cultura arqueológica individualizada, cujo processo evolutivo nos é particularmente bem conhecido para o curso médio e final do Ave²⁵, a sua especificidade encontra apoio material numa ergologia, particularmente especializada na artesanaria metalúrgica e cerâmica, e a organização da sociedade se reflete em formas protourbanas de ocupação e organização do espaço e singulares expressões simbólicas, de que o monumento para banhos iniciáticos do Alto das Eiras (Fig. 2: 17, 3) se há como a peça mais emblemática, a que se deverão associar as referências onomásticas primordiais que nos foram sobretudo transmitidas pelos registos epigráficos latinos que nos fazem remontar a um substrato linguístico, que temos de reconhecer como de grande antiguidade.

Será porventura de sublinhar, neste passo, a importância da referência de povoamento indígena da comunidade castreja do curso médio do Ave, que teria estabelecido

²⁴ SILVA, 2007b: 158-161.

²⁵ DINIS, 1993.

o seu «lugar central» no «Alto das Eiras» (Fig. 2: 17, 3), donde dominava um vasto território nuclearizado em torno de uma série de povoados fortificados dependentes e que cremos identificada na inscrição dos *Valabrigenses*²⁶ que, globalmente, entendemos ver, enquanto entidade administrativa, mas também identitária, o território que cerca de mil anos mais tarde vai ter por cabeça o Castelo de Vermoim (Fig. 2: 18, 5), donde houve nome a *Terra* que tutelava.

Assentou este castelo as suas bases, justamente, sobre as ruínas de um povoado castrejo, assim, conhecido como Castro de Vermoim (Fig. 2: 18, 4)²⁷, localizado na mais imediata proximidade do Alto das Eiras, em privilegiada situação estratégica, ocupando uma proeminência em posicionamento topográfico de excelente visibilidade para o vale fértil do rio Pele, e que era dotado de um forte sistema defensivo, de que se reconhece um recinto definido por uma muralha que acompanha, *grosso modo*, a curva de nível dos 325 m, reforçado do lado mais vulnerável, o norte, por um conjunto de três taludes e três fossos.

Identificado por Francisco Martins Sarmiento em 1880²⁸, apesar da sua monumentalidade, só foi objeto de escavações arqueológicas, dirigidas por Francisco Queiroga, entre 1982 e 1985, que evidenciaram a ocupação do sítio entre os séculos III/II a. C. e a época de Augusto, além da posterior ocupação medieval, comprovada historicamente pela *Chronica Gothorum*, que refere a incursão normanda, que hoje celebramos com uma reunião científica, transdisciplinar, sobre a sua memória²⁹.

E, ao sublinharmos as raízes deste sítio, mais uma vez relevamos a importância do substrato no processo de formação das *Terras* enquanto entidades administrativas, mas também identitárias, que, quanto a nós, não se torna inteligível sem o estudo da realidade proto-histórica que lhe está subjacente e lhes garantia uma profunda solidez de implantação.

3. DAS REFERENCIAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS À VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL DOS MONTES DE VERMOIM

Foi esta estruturação do território, precursora da fundação da nacionalidade, atingida por continuados movimentos de navegadores vikings que, desde o saque das ilhas britânicas, nos finais do século VIII, ligaram às costas escandinavas o destino da Irlanda, duma parte das ilhas britânicas, da Gronelândia, duma estreita banda costeira do Labrador, da Terra Nova, da «Nova Escócia» e da «Nova Inglaterra», implantando, no século XI, uma gigantesca talassocracia, cuja influência abrangia a maior parte do hemisfério norte até à Europa de Leste e à Ásia Central.

²⁶ SILVA, 2007a: 152-153.

²⁷ DINIS, 1993: 65-66.

²⁸ SARMENTO, 1989: 17-22.

²⁹ QUEIROGA, 1985: 56.

A importância destas incursões de piratas normandos que, desde meados do século IX, durante o reinado de Ramiro I (842-850), começaram a infestar as costas do noroeste da Península, até ao século XI, foi oportunamente salientada por Alexandre Herculano na *Introdução da História de Portugal*³⁰. Também Alberto Sampaio em *As Póvoas Marítimas*³¹, se refere a esta incursão ao Castelo de Vermoim e às principais dessas investidas em território peninsular e mais particularmente nas costas portuguesas aos danos por elas motivados e às precauções a que deram origem, mas sem que deixe de assinalar situações documentadas de convivência amigável, certamente beneficiada pelo parentesco dos padrões linguísticos e do sistema cultural, também de raiz indo-europeia, que poderia ter resultados de manifesta utilidade para a aprendizagem de conhecimentos da navegação atlântica.

Na sequência desta observação do famalicense Alberto Sampaio, torna-se-nos legítimo, hoje, apelar aos especialistas em história náutica que retomar as questões genericamente enunciadas por Jaime Cortesão³² e praticamente desativadas, entre nós, desde o estudo de O. Lixa Filgueiras³³, sobre o contributo escandinavo para os descobrimentos portugueses, quando refere que a eles se deve a navegação à vela no Atlântico e um novo tipo de barco, adotado a seguir por todas as marinhas europeias, a ponto de as naves dos séculos XIII e XIV não passarem de barcas normandas, sobrecarregadas pesadamente com adições sucessivas. Contrariando a tradição mediterrânica atribuída ao seu carácter recurvo, mais acrescenta que certos barcos usados pelos pescadores do norte e do centro de Portugal, e muito especialmente na Caparica, parecem ter por veneráveis ascendentes os *drakkar* normandos, similares aos hodiernos barcos de pesca noruegueses.

Mais se apela a esta pesquisa, a propósito desta incursão ao Castelo de Vermoim, quando, nesta sequência, Jaime Cortesão invoca a iconografia dos capitéis da absida da igreja românica de Rio Mau (Fig. 6-7), situada no curso do Este, afluente do rio Ave, em relativa proximidade a qualquer dos percursos seguidos no ataque de 1016, representando, em sua opinião, o maior, um *drakkar*, e o mais pequeno, possivelmente um *holker*, cujo modelo aparece nas tapeçarias de Bayeux, e cuja existência poderá ser avalizada pela menção de embarcações com o nome de *holoc*, *halocas* e *aliques* em diversa documentação do século XIII.

E, a propósito desta referência, não podemos deixar de investigar os caminhos de intermediação de alguns termos náuticos que se conservam na língua portuguesa, igualmente presentes no francês moderno, e que poderão também ver-se como derivados do escandinavo antigo³⁴.

³⁰ HERCULANO, 2007: 109 e ss.

³¹ SAMPAIO, 1975b: 32-36.

³² CORTESÃO, 2016: 192-193.

³³ FILGUEIRAS, 1965.

³⁴ RIDEL, 2009.

Constituindo um conjunto particularmente coerente, nele se pode incluir a série de vocábulos rastreados, entre os termos marítimos, a palavra *vaga* < **vag*, onda, movimento ondulatório que aparece à superfície de uma extensão líquida por ação do vento ou outros fatores³⁵; várias designações de elementos da construção naval, como os vocábulos *bordo* < **bord*, prancha que recobre o exterior da coque do barco³⁶, *carlinga* < **kerling*, peça de madeira fixada à quilha, onde se vai implantar o mastro³⁷ (Fig. 13), *guindaste /guindar* < **vindass*, içar, em particular, uma vela, uma âncora, uma carga a bordo de um barco³⁸ (Fig. 17), *quilha* < **kilir*, ant, esc., pl. de *kjölr*, longa peça de madeira que constitui a peça mestra da carpintaria primitiva de um barco³⁹; *equipar* < **skipa*, prover um navio em homens e material = armar, aparelhar⁴⁰ e *frota* < **floti*, tropa, bando, rebanho⁴¹ ou armada naval que participa nas expedições vikings, por extensão toda a reunião de navios, de guerra ou comércio⁴², referentes ao equipamento; e ainda *bolina* < **bóglína*, vela orientada de viés⁴³, relativa às técnicas de navegação.

E, com estes termos, se pretende concluir sobre a importância da realização deste colóquio que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão resolveu promover como a melhor forma de trazer para o presente tanto passado, tanto de interesse local, como nacional e internacional. E poderá usar, em breve, um verbo, também derivado do escandinavo antigo, e que foi assimilado, para exprimir casos de sucesso: poderá *gabar-se* < **gabba*, ‘ufanar’-se, ‘orgulhar’-se⁴⁴, quando o conjunto arqueológico dos Montes de Vermoim for consagrado, como se espera, com a classificação de património monumental, assim, valorizando tão excepcional riqueza ambiental, paisagística e cultural.

E cumprir-se-á o desígnio do oráculo deste lugar, quando, há mais de centena e meia de anos, alguém o consultou:

— *Não tens uma história de feitiços que me contes? [...]*

— *Da crista do monte descobrem-se verdadeiros thesouros, fertilíssimas campinas, povoações a branquejarem entre florestas, bosques cercados pelas agulhas das torres, rios que serpenteiam por entre almargens e hervações, enfim, o Minho, o espetáculo prodigioso que faz amar Portugal e pedir a Deus nos não deixe ir tão longe no caminho do progresso material que, ao cabo de contas, é a frase própria, fiquemos sem pátria por amor do aperfeiçoamento da matéria⁴⁵.*

³⁵ RIDEL, 2009: 273.

³⁶ RIDEL, 2009: 178.

³⁷ RIDEL, 2009: 185-186.

³⁸ RIDEL, 2009: 220.

³⁹ RIDEL, 2009: 252.

⁴⁰ RIDEL, 2009: 198.

⁴¹ RIDEL, 2009: 210.

⁴² RIDEL, 2009: 206-207.

⁴³ RIDEL, 2009: 179-180.

⁴⁴ RIDEL, 2009: 213-214.

⁴⁵ CASTELO BRANCO, *Vinte horas de liteira apud OLIVEIRA*, 2007: 212.

BIBLIOGRAFIA

- ADIGARD DES GAUTIERS, Jean (1954) – *Les noms des personnes scandinaves de 911 à 1066*. Lund: Carl Blum.
- AMARAL, Luís Carlos (2007) – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- AZEVEDO, Rui Pinto (1974) – *A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997 e a de piratas normandos à Galiza em 1015-1016*. «Revista Portuguesa de História», 14. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, p. 73-93.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1964) – *Vinte horas de liteira*. Lisboa: Parceria A. M. PEREIRA, Lda.
- CORTESÃO, Jaime (2016) – *Os descobrimentos portugueses*, 2. Lisboa: Expresso (INCM-Alêtheia Editores).
- COSTA, Avelino Jesus (1959) – *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 2 vol.
- DAVID, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe Siècle*. Lisboa, Paris: Livraria Portugalia Editora, Les Belles Lettres.
- DINIS, António Pereira (1993) – *Povoamento proto-histórico no curso médio do Ave no I milénio a. C.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado, policop.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa (1965) – Barcos da costa norte, sua contribuição no estudo de áreas culturais. *Lucerna*, 4. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, p. 341-372.
- HERCULANO, Alexandre (1856-1861) – *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo usque ad quintumdecimum. Scriptores*. 1. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- (2007) – *História de Portugal*. Lisboa: Bertrand Editora.
- MARQUES, André Evangelista (2014) – *Da representação documental à materialidade do espaço: Território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*. Porto: CITCEM.
- MARQUES, José (2005) – *A terra de Vermoim na Idade Média*. In CAPELA, José Viriato, coord. – *História de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, p. 61-107.
- MATTOSO, José (1985) – *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1525*. 1: *oposição*; 2: *composição*. Lisboa: Editorial Estampa – Imprensa Universitária.
- MOREIRA, Domingos A. (1969) – *Paisagem toponímica da Maia*. Maia: Câmara Municipal da Maia.
- OLIVEIRA, José Manuel (2007) – *Martins Sarmento e o arqueólogo da alma*. In SILVA, Armando Coelho Ferreira, coord. – *Pedra Formosa. Arqueologia experimental*. Vila Nova de Famalicão; Lisboa: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Museu Nacional de Arqueologia, p. 213-215.
- PIEL, Joseph M. (1960a) – *Antroponímia germânica*. In M. Alvar et alii (dir.), *Enciclopedia lingüística hispánica*, 1. Madrid: CSIC, p. 421-444.
- (1960b) – *Toponímia germânica*. In M. Alvar et alii (dir.), *Enciclopedia lingüística hispánica*, 1. Madrid: CSIC, p. 531-560.
- PIRES, Hélio Fernandes Vitorino (2012) – *Incursões nórdicas no ocidente ibérico (844-1147)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.
- QUEIROGA, Francisco Reimão (1992) – *War and castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*. Oxford: Oxford University (policop.).
- RIDEL, Elisabeth (2009) – *Les Vikings et les mots. L'apport de l'ancien scandinave à la langue française*. Paris: Éditions Errance.
- RODRIGUES, Jorge (2011) – *Convivência e conflito no Califado de Córdoba: do início da construção da Grande Mesquita à expedição de Al-Mansur (IBN AMIR). Cristãos e muçulmanos na Idade Média: Encontros e desencontros*. Lisboa; Instituto de Arqueologia e Paleociências.

- SAMPAIO, Alberto Sampaio (1979) – *Estudos históricos e económicos: As vilas do norte de Portugal*, 1. Lisboa: Editorial Veja.
- (1979a) – *Estudos históricos e económicos: As póvoas marítimas 2*. Lisboa: Editorial Veja.
- SARMENTO, Francisco Martins (1999) – *Antiqua*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira (2007a) – *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. 2ª ed. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira – Museu Arqueológica da Citânia de Sanfins.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira, coord. (2007b) – *Pedra Formosa. Arqueologia experimental*. Vila Nova de Famalicão – Lisboa: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão – Museu Nacional de Arqueologia.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira; DINIS, António Pereira; QUEIROGA, Francisco (2005) – *Vila Nova de Famalicão do Neolítico à Idade Média. História de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições.



Fig. 1. Montes de Vermoim.

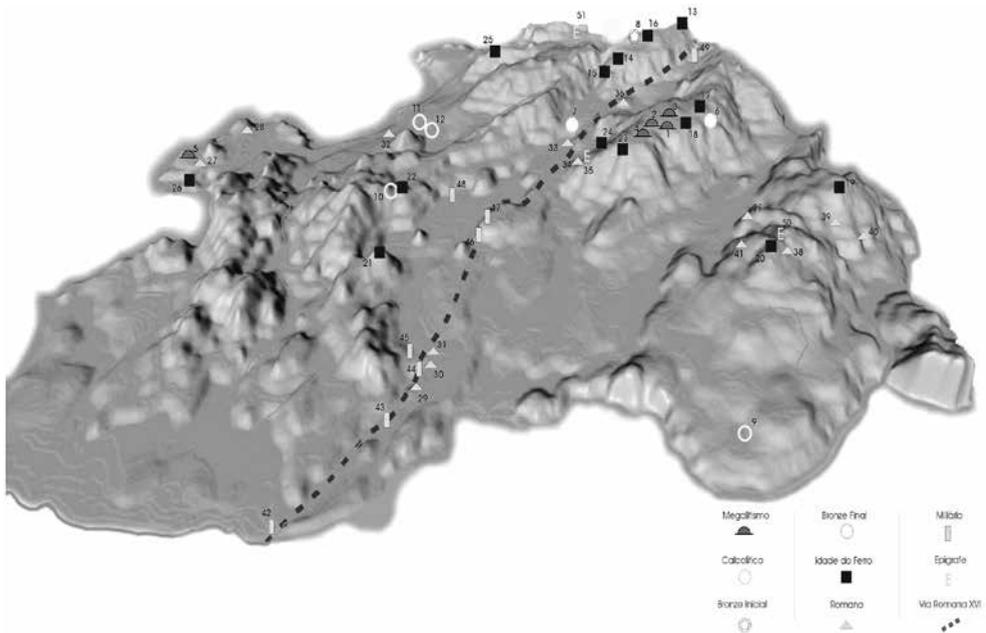


Fig. 2. Carta arqueológica do concelho de Vila Nova de Famalicão.



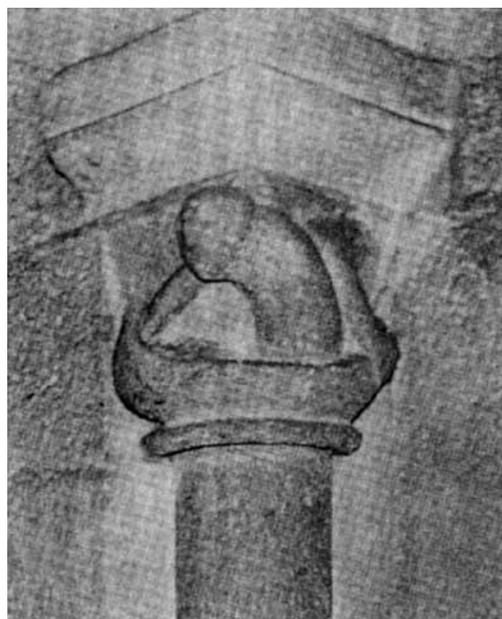
Fig. 3. Monumento balnear do Alto das Eiras (Escavações de F. Queiroga).



Fig. 4. Castro de Vermoim (Escavações de F. Queiroga).



Fig. 5.
Castelo de Vermoim.



Figs. 6 e 7. Capitéis da Igreja românica de Rio Mau, Vila do Conde.
Fonte: CORTESÃO, 2016: 191.